

REALISMO DE 70 E NEO-REALISMO PORTUGUÊS

Roberto Pontes*

Resumo

Este ensaio trata das diferenças e semelhanças existentes entre o Realismo de 1870 e o Neo-Realismo em Portugal. Nele, seu autor procura as fontes teóricas do Realismo Socialista que permitiram estabelecer a distinção entre ambos os movimentos, bem como a contribuição de cada qual em seu contexto histórico.

Palavras-chave: Realismo de 1870, Neo-Realismo, Literatura Insubmissa.

Abstract

This essay talks about the differences and similarities existent between the Realism of 1870 and the Neo-Realism in Portugal. Inside, the author searches for the theoretical sources of the Realism socialist that allowed to establish the distinction between the movements, as well as the contribution of each one in their historical context.

Key-words: Realism of 1870, Neo-Realism, Unsubmissive literature.

1. INTRODUÇÃO

O estudo que se segue tem o seguinte tema: “A partir de 1938 (publicação de *Gaibéus*) surgiu em Portugal um movimento literário que apresentava como principais traços definidores, uma forma explícita de solidariedade e de “intervenção transformadora”. Impedido, por motivos políticos, de usar o nome *Realismo Socialista* esse movimento “vai chamar-se Neo-Realismo, por analogia e contraste com o Realismo, a seu tempo revolucionário, da Geração de 70” (RODRIGUES, 1981).

Levando em conta estas afirmações, nosso estudo tem por objetivo apresentar os aspectos evidenciadores das “analogias” e dos “contrastes” havidos entre o movimento Neo-Realista e o Realismo da Geração de 70, em Portugal.

A fim de atingir este cometimento, necessário se faz repassar os postulados básicos do Realismo da Geração de 70, dimensioná-los em seu contexto condicionante, fazendo o mesmo com o movimento que se convencionou literariamente denominar Neo-Realismo.

Da revisão das propostas de ambos os movimentos derivará uma série de “analogias”, “contrastes” históricos (RODRIGUES, 1981, p.13), filosóficos, políticos, ideológicos e estéticos, que por si são elucidativos das convergências e divergências desveladas numa leitura desta ordem.

Oportuno é lembrar que nos momentos históricos de afirmação das tendências estéticas, quando é intensa a elaboração teórica, não há como esperar o consenso entre partidários de uma mesma corrente, nem isso é possível pretender, pois mesmo com a preocupação comum de produzir uma proposta coletiva, sempre é de levar-se em conta a elaboração singular inerente à arte.

Também é bom ter sempre em mente não terem sido os condicionamentos histórico-culturais da Geração de 1870, os mesmos do Neo-Realismo de 1939. Durante os sessenta e nove anos contados entre estas duas datas, a realidade sócio-política do mundo esteve sob constantes crises, tensões, guerras e alterações no sistema de poder. Enfim, sofreu radicais transformações, sendo portanto de bom alvitre compreender desde já, em tal quadro, a evolução do enorme e complexo passo que vai desde o *idealismo utópico* de 1870 até o *realismo socialista* ou *Neo-Realismo* português de 1939.

* Doutor em Letras pela PUC-Rio. Professor-Adjunto do Departamento de Literatura da UFC e da Pós-Graduação em Letras (Mestrado) do mesmo Departamento.

2. DESENVOLVIMENTO

Considere-se haver o socialismo utópico começado a dar sinais de vida em Portugal entre 1850 e 1860, e que entre este último ano e 1865, momento de vigência do Romantismo à Vitor Hugo, Antero de Quental, e Teófilo Braga passem os escritores a preocupar-se com o *homem* em detrimento do *indivíduo*, assimilando e praticando a missão revolucionária da poesia. Considere-se ainda que a estes se seguem outros, como Guerra Junqueiro e Gomes Leal, os quais estarão se beneficiando da vereda aberta pelos primeiros, senda também para o Realismo e o Naturalismo da Geração de 70 (MENDONÇA, 1973, p. 5.).

O que por enquanto interessa sublinhar é o caráter revolucionário e humanitarista do terceiro Romantismo português, o eco hugoanista em Antero e Junqueiro, mais precisamente a concepção do “poeta iluminado”, condutor de povos, pois esta é uma das propostas comuns tanto ao citado terceiro momento romântico quanto à Geração de 70, que “praticamente já era de 65.” (MENDONÇA, 1973, p.5.)

E preciso compreender não vir a obra dos mencionados poetas a ser fruto apenas de seus talentos individuais. Ela só pode ser bem entendida se a estes fatores somarem-se outros de caráter histórico e social. Somente assim será possível entender a motivação daqueles autores escrevendo poemas com o fim de denunciar e combater o Antigo Regime, proclamar a dignidade do ser humano inscrita na Declaração dos Direitos do Homem, ou anunciar as excelências do Terceiro Estado e do Liberalismo.

É sabido que à liquidação do Antigo Regime corresponde a chegada ao poder da burguesia, cujo programa político, econômico e ideológico aponta no sentido da consolidação do individualismo filosófico; do exercício democrático de governo através do sufrágio universal; da doutrina da separação dos poderes como sistema de freios e contrapesos; da doutrina do não intervencionismo na economia; da teoria da igualdade formal e da prática do Estado gendarme.

Igualmente é indispensável frisar que os intelectuais de 1870 eram bem formados quadros da burguesia, oriundos de famílias da aristocracia rural, ou ainda provindos dos estamentos favorecidos pela consolidação do comércio, da indústria, do capital financeiro e dos serviços burocráticos estatais nascentes. Assim, não podiam, como não conseguiram, superar suas contradições de classe, assumindo compromisso prático estruturalmente vinculado aos interesses do operariado em formação.

O líder da Geração de 70, Antero de Quental, é o melhor exemplo do que ora se afirma. Em “Antero ou o socialismo como utopia”, resumo de intervenção no Colóquio sobre “Utopie et Socialisme au XIX siècle en Portugal”, promovido pelo Centro Cultural de Paris da Fundação Gulbenkian, em 1979, Eduardo Lourenço situa o autor de *Odes modernas*, e muito bem, como socialista utópico, traçando-lhe o seguinte perfil:

Antero de Quental, apóstolo do socialismo? Sem dúvida! Mas de que visão do socialismo e de que encarnação prática? Proudhon? Sem dúvida, também, mas igualmente de outras fontes, dividido, partilhado como o foi desde a juventude por todas as idéias capitais do seu tempo e preocupado, acima de tudo, com interrogações que relevam mais da ordem filosófica ou religiosa que do domínio propriamente político ou social. Aliás, é justamente por isso que o socialismo de Antero não se reduzirá nunca à afirmação e defesa de um ideal generoso de justiça social, como era o dos seus companheiros. O seu socialismo é “visão do mundo” e o seu entusiasmo pela “nova idéia” não se pode confinar no domínio de uma ação militante sem referências metafísicas e conseqüências de ordem trans-histórica. Para Antero, a idéia nova, o socialismo como Revolução dos tempos modernos, como o cristianismo fora a do mundo antigo, é antes de tudo o triunfo da Idéia, isto é, a assunção de um sentido absoluto do destino histórico da humanidade em termos de Consciência. Ou, melhor ainda, de autoconsciencialização. Concebido e vivido com fervor, o seu ideal de juventude, sob os manes de Hegel adaptado por Proudhon, devia em breve - pelo menos ao nível da experiência humilde e decepcionante das lutas reais do proletariado nacional, ainda preso às suas origens rurais - confrontar-se com o rude desmentido da História. Entre o homem de ação, ou antes, do agitador de idéias de caráter “revolucionário” e o homem de pensamento cava-se depressa o espaço de um conflito, no mesmo tempo moral e ideológico que o implica na sua totalidade espiritual. (LOURENÇO, 1983, p. 148)

Este bem talhado perfil ideológico de Antero deixa patente não projetar sua utopia, um modelo concreto de sociedade. Ela é tão somente “de essência ética” (LOURENÇO, 1983, p.149) e se expressa através de valores idealistas de conotação moral e religiosa:

na medida em que exprime na ordem social a Justiça “irmã da Razão e do Amor”, uma Justiça que mesmo sob o manto histórico da injustiça e da opressão é a lei imanente da Evolução. O proletariado deve triunfar porque tem razão, exatamente como a Burguesia está já condenada pelas suas exações, os seus abusos, o seu luxo e podridão moral. Pessimista, quando contempla o destino dos homens no espelho da Natureza, Antero torna-se “crente” quase voluntarista ou fideísta quando pensa na subida da consciência – simultaneamente intelectual e moral – ao longo do calvário da História. Há em Antero, como em muitos portugueses da sua época (e depois), um padre que se ignora ou talvez nem isso. (LOURENÇO, 1983, p. 149-150)

Eduardo Lourenço classifica o utopismo socialista de Antero como “idealismo ético” (LOURENÇO, 1983, p.150) e compara sua atitude com a daqueles militantes que o léxico político-ideológico qualifica de esquerdistas. É Lourenço quem assevera:

Antero pode ser incluído anacronicamente nessa categoria, o que, aliás explica a desconfiança e até a má vontade que mais tarde a ortodoxia marxista lhe manifestará, não apenas nos planos ideológico e político, como até no literário. (LOURENÇO, 1983, p.150)

Ora, nascido no seio da classe adversária do proletariado, homem preparado para servir à burguesia triunfante de então, ele é um típico caso de intelectual fascinado pelas teses do socialismo utópico, sem, contudo, poder desfazer-se das contradições de classe que lhe eram inerentes. Assim:

durante os dois decênios em que ele tentou ligar o seu destino ao do movimento operário nascente havia na realidade social e intelectual portuguesa mais do que era preciso para alimentar a inclinação profunda de Antero para o pessimismo. O abismo era quase intransponível entre o mundo social, ao qual Antero pertencia pelas suas origens, tradições e educação, e o mundo operário apenas saído da sua ganga rural. (LOURENÇO, 1983, p. 151)

Eça de Queirós também padecia do mesmo estigma de classe de Antero, porém, homem votado à vida prática, reflete mais concretamente acerca da realidade política de seu tempo. Contudo, seu pensamento se mantém nos estritos limites ideológicos do socialismo proudhoniano, revelando um estatuto de classe, como se pode perceber em passagens de texto escrito quando da abertura das Conferências do Cassino, ao tratar da revolução e do proletariado. Dizele:

Tenhamos bom senso! Escutemos a revolução; e reservemo-nos a liberdade de a esmagar – depois de a ouvir. Uma coisa que a compromete é ela falar em nome do proletário. O proletário pretende explicar-se; quer por um lado contar a sua miséria, por outro provar o seu direito. O simples bom senso indica que se deixe falar o proletário. Silêncio ao pobre! gritava Lamennais em 48. Esta palavra horrorosa, que é um dobre a finados pela dignidade humana, inspira ainda as instituições. – Santo Deus! Parece que lhes dói a consciência, às instituições! Deixemos falar o proletário. Que receiam? Não temos os nossos exércitos, os nossos parlamentos, a nossa polícia? Deixemo-lo falar. (QUEIRÓZ, sd., 978)

Estas palavras de Eça são um testemunho incontestado da imaturidade ideológica da Geração de 70. Apesar disso, algum incrédulo poderá argumentar: – “Eça ironizava...” Contudo não é possível aceitar essa hipótese, pois mais adiante, no mesmo texto, lê-se:

Desdigamo-lo depois quando ele mentir, refutemo-lo quando errar. É muito mais cômodo encontrarmos com quem represente o proletário, sossegadamente, na sala do Cassino, do que encontrarmos o

próprio proletário mudo, taciturno, pálido de ambição ou de fome, armado de um chuço à embocadura de uma rua. Fazer conferências – se bem atentamos neste ato- reconhece-se que é uma coisa diferente de fazer barricadas. É por não lhe permitirem fazer conferências que o proletário parisiense faz fogo. (QUEIRÓZ, sd., 978)

Em ambas as passagens Eça projeta as aspirações do proletário à luz das ansiadas pela burguesia. Para ele, o proletário reivindica o direito de expressão: “o proletário pretende explicar-se”; postular seus direitos através da compaixão, naturalmente a dos burgueses: “quer por um lado contar a sua miséria, por outro provar o seu direito”. No primeiro trecho transcrito fica patente que todos os problemas do proletariado se resolvem com o seu acesso ao direito de expressão reconhecido pelo humanitarismo burguês. No segundo, a mesma consciência de classe burguesa se arroga o direito de corrigir as “inconveniências” proletárias. Admite o direito de mediação via lideranças e defende o direito de reunião em recintos autorizados: duas liberdades que integram o rol dos Direitos Fundamentais do Homem de 1789, mas estão longe de atender às reivindicações proletárias.

Mas, quando Eça escreve: “É por não lhe permitirem fazer conferências que o proletário parisiense faz fogo”, oferece prova cabal de desconhecimento da realidade operária de seu tempo, no caso, a francesa, sendo de crer-se mantivesse semelhante entendimento quanto à portuguesa. Ressalte-se, por oportuno, a fragilidade do raciocínio.

A bem da verdade, a fundamentação teórica de Eça em matéria política, mormente nos domínios do socialismo, pode ser apanhada nas fontes que cita. Sua biblioteca ideológica reúne nomes como Proudhon, Girardin, Louis Blanc, Vacherot, Langlois, Feuerbach, Quinet, Littré, Michelet (QUEIROZ, sd., 1007), por exemplo, cujo método de interpretação da realidade objetiva não permitia revelar a raiz dos problemas fundamentais do homem. Os ideólogos do Liberalismo burguês e os socialistas utópicos, fontes alimentadoras da formação intelectual de Eça e de Antero, não tinham mesmo condição teórica de desvendar a natureza da relação de poder e domínio existente entre burguesia e proletariado. Mas, que espécie de revolução era defendida por Eça? Num de seus escritos está a resposta. Leia-se o seguinte:

Nós não queremos também que num país como este, ignorante, desorganizado, se lance através das ambições e das cóleras o grito de revolta! Queremos a revolução preparada na região das idéias e da ciência; espalhada pela influência pacífica duma opinião esclarecida; realizada pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; – enfim uma revolução pelo Governo, tal como ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa. É assim que queremos a revolução.

A revolução no plano imaginado por Eça, o “das idéias e da ciência”, converge para a concepção anterior já exposta. A herança iluminista de seu pensamento é flagrante. Pelo menos isto se pode deduzir quando afirma que a revolução deve ser “espalhada pela influência pacífica duma opinião esclarecida”. Ao mesmo tempo, seu modelo político é reformista e social-democrata como revelam translucidamente as palavras finais recém-citadas.

Criação literária e “Weltanschauung” são indissociáveis. Cumpre, portanto, indagar acerca da concepção estética do Realismo literário da Geração de 70, examinando o pensamento de um de seus expoentes.

Eça de Queirós, em trabalho datado de 1879, que deveria ter servido de prefácio à segunda edição, refundida, de *O crime do padre Amaro*, expõe suas idéias quanto a “Idealismo e Realismo”, antinomia que é também o título do texto. Ali, tenta distinguir, do ponto de vista artístico e literário, por contraste, as duas categorias. Sua fundamentação teórica assenta-se no princípio da observação científica da realidade. Diz ele, categórico e conclusivo:

Tudo isto se prende e se reduz a esta fórmula geral: que fora da observação dos fatos e da experiência dos fenômenos o espírito não pode obter nenhuma soma de verdade. (QUEIRÓZ, sd., 914)

Evidentemente, tese assim não diz respeito a uma visão primária das imagens cruas colhidas ao real, aquelas que o senso comum costuma identificar com o próprio Realismo, sobretudo quando os instintos humanos estão em jogo. Eça sentencia, obviamente, com apoio numa plataforma estética por base: é a Ciência e a Filosofia da época.

O alvo a que se destina a assertiva de Eça é o Romantismo, em suas cogitações, uma flor estética brotada do Idealismo. Em suas palavras encontra-se o primado da objetividade tanto científica quanto filosófica. À produção cognitiva e artística centrada no eu, se opõe, ao ver de Eça, uma nova atitude na qual o pensamento e a criação se produzem a partir do *não-eu*. Sua proposta tem por meta concentrar toda a atenção no real-objetivo, com o fim de erradicar o sentimentalismo e a subjetividade então reinantes na arte e na literatura. Daí passa a comparar dois paradigmas diversos de ficção, o romântico e o realista, nos seguintes termos:

Outrora uma novela romântica, em lugar de estudar o homem, inventava-o. Hoje o romance estuda-o na sua realidade social. Outrora no drama, no romance, concebia-se o jogo das paixões a priori; hoje analisa-se a posteriori, por processos tão exatos como os da própria Fisiologia. Desde que se descobriu que a lei que rege os corpos brutos é a mesma que rege os seres vivos, que a constituição intrínseca duma pedra obedeceu às mesmas leis que a constituição do espírito duma donzela, que há no mundo uma fenomenologia única, que a lei que rege os movimentos dos mundos não difere da lei que rege as paixões humanas, o ro-

mance em lugar de imaginar tinha simplesmente de observar. O verdadeiro Naturalista não é pois, Zola – é Claude Bernard. A arte tornou-se o estudo dos fenômenos vivos e não a idealização das imaginações inatas. (QUEIRÓZ, sd., 914)

Ora, apesar de estabelecida a diferença entre o processo romanesco romântico e o realista, decorrente de um claro posicionamento metodológico, Eça não faz distinção entre Realismo e Naturalismo, dando vez ao arguto registro crítico de Carlos Reis, notando haver ele designado “como Realismo aquilo que era, na sua própria descrição e conceituação, claramente naturalista” (REIS, 1983, 23). Observe-se haver Eça, ao preparar o prefácio não incluído na edição a que se destinava, se defendido de pertencer a uma “escola”, a “escola realista”. E se conseguiu delinear a distinção entre Romantismo e Realismo quando se referiu ao Naturalismo, tomou-o por sinônimo de Realismo.

A que se deve tal confusão? Ao próprio estágio de desenvolvimento das reflexões teóricas atinentes ao assunto? É bem possível. Assim, inevitável seria o Neo-Realismo emergente vir a proceder a crítica severa do Realismo de 70, alicerçado, como estava, num repertório teórico bastante sólido. O advento do Neo-Realismo é marcado pela contínua reflexão sobre a representação da realidade e dos procedimentos incorporados ao discurso literário (REIS, 1983, 34).

Os mais destacados críticos neo-realistas detiveram-se na análise do caráter do movimento, centrando fogo no Realismo oitocentista. Em artigo de 1935, Álvaro Salema reclamava já espaço próprio para a nova atitude literária ao dizer: “a cultura nova afirma a necessidade duma indisciplina realista, que reconduza a inteligência da inútil abstração lógica para o terreno do socialmente concreto” (SALEMA, 1935, 4).

Por seu turno, Jorge Domingues apontava a direção em que deveria ir o Neo-Realismo português, ainda que imprecisamente delineada:

o Realismo dos nossos dias tem um conteúdo profundamente mais vasto e mais humano que o Realismo de Zola e dos Goncourt, o Realismo moderno, chamemos-lhe assim, é uma conquista das energias jovens da Humanidade e conduz, ele próprio, um programa construtivo, um método de ação. (DOMINGUES, 1937, 5).

As palavras de Salema ressaltam a necessidade de uma “indisciplina realista”, contrária, logicamente, ao rigor da observação experimental reducionista ao modo de Eça (cf. nota 14). E tem mais: Salema propõe não seja a inteligência desperdiçada com a “inútil abstração lógica”. Quem sabe não tivesse ele em visto versos como estes de Antero de Quental:

*O Paraíso e o templo da Verdade,
Ó mundos, astros, sóis, constelações!
Nenhum de vós o tem na imensidade...
A Idéia, o sumo Bem, o Verbo, a Essência,
Só se revela aos homens e às nações
No céu incorruptível da Consciência!*
(QUENTAL, 1981, 113).

Mas, na breve transcrição de Salema há ainda a ressaltar a diretriz do “socialmente concreto”, a contrapor-se ao objetivo de Eça de fazer romance para estudar o homem em sua realidade social. O “socialmente concreto” de Salema é o primeiro indicativo do que virá a ser o Neo-Realismo, consciente de não querer fazer simplesmente da arte “o estudo dos fenômenos vivos” nem a “idealização das imaginações inatas” (cf. nota 15). O Neo-Realismo estará, ao invés do Realismo de 1870 – que tomava o real-objetivo parceladamente –, instrumentado por uma visão sistêmica e dialética, suficientemente apto para dilucidar as relações dos fatos reais como um todo condicionante, sobretudo do ângulo das de natureza econômica e aquelas derivadas da luta de classes.

Jorge Domingues, por sua vez, anuncia que o Neo-Realismo nascente é bem mais rico e significativo do que o Realismo de Zola e dos Goncourt, diferindo do destes, porque mais construtivo, além de dotado de um método de ação, isto é, uma *práxis*.

Raul Sequeira também comparece ao cenário crítico para arguir o estatuto dialético da nova proposta literária. Diz, então, o seguinte:

realista, mas já não dum Realismo estático como o que classicamente se entendia: o seu Realismo dinâmico dá-nos representações do homem em perpétuo devir enquanto ele se modifica no decurso da história. (SEQUEIRA, 1940, 9)

Estas teses básicas do Neo-Realismo serão aos poucos aprofundadas por críticos do porte de Mário Dionísio, Alexandre Pinheiro Torres e Urbano Tavares Rodrigues, num *work in progress* do qual o público toma conhecimento através das páginas de jornais, revistas, prefácios, apresentações, conferências, e outros modos de divulgação.

No livro *O movimento Neo-Realista em Portugal na sua primeira fase*, Alexandre Pinheiro Torres sintetiza a base ideológica elaborada paulatinamente no curso de sua evolução e que parecia ser a Mário Dionísio um “mínimo de pontos de vista comuns”.

O primeiro ponto fundamental de consenso entre os neo-realistas era a contestação do “Humanismo burguês de oitocentos, o Socialismo utópico da Geração de 70” (TORRES, 1983, 60), mesmo com a ênfase verbal de Fernando Piteira Santos e Augusto Costa Dias. De Antero disse o primeiro:

considerava o movimento proletário estreito, incapaz de avalizar conversões, assustador para a burguesia. O seu socialismo procedia de uma preocupação moral, de uma generosidade fidalga, de um tradicional cristianismo e não de um exame refletido do desenvolvimento dos fenômenos sociais(...) Em Antero agita-se o drama de uma época e o drama de um filho dessa época. O drama de uma classe que experimentava o receio das forças que criara. (SANTOS, 1946, 27-28).

E o segundo, de Antero, Queirós e Oliveira Martins:

A consciência do proprietário (ou melhor, do pequeno-burguês proprietário) nunca se apagará em Antero, em Queirós e em Oliveira Martins, para citar apenas os três vultos proeminentes do grupo. E, por isso, o socialismo que defendem é mais um protesto do que um movimento com raízes nas massas; nuns em maior escala do que noutros, não passará de um socialismo conservador que não se atreve a contestar, na essência e na prática, a causa dos males que denuncia e, em última instância, procura inconscientemente deter ou prevenir a proletarização da classe em que se integravam. (COSTA DIAS, 1963, 121).

O segundo ponto essencial de consenso era a “alternativa do socialismo marxista-leninista” (TORRES, 1983, 61). E não podia deixar de assim ser porque, diz Pinheiro Torres, o rumo certo era:

o Realismo Socialista, ou melhor: todo aquele Realismo cujo ideário pressupunha como filosofia básica o materialismo dialético, pelo que se superava, por sua vez, o Realismo Burguês, o Naturalismo ou o Realismo-Naturalismo do século XIX e princípios do século XX, cujo positivismo, à Comte, também se procurava transcender. (TORRES, 1983, 61).

Terceiro ponto consensual: o Romantismo e o Realismo vigentes no século XIX correspondiam à formação social da burguesia consolidada no poder após a Revolução Francesa. À burguesia enquanto classe social composta por variados estratos sociais, de índole assimilatória e cooptadora, cujo objetivo era conquistar e deter a hegemonia da produção. Foi ela a geradora da Revolução Francesa, sofrendo, no entanto, a ação desta, pela qual se adapta a novas condições enquanto se aguça sua consciência de classe. O Romantismo e o Realismo representam, respectivamente, deste ponto de vista, a fuga do real para o passado, o bizarro, o grotesco, o maravilhoso, o excêntrico, o singular e a crítica social epidérmica, consentida pelas esferas oficiais, ainda que em certos momentos a intransigência política chegue a impedir eventos nitidamente burgueses como as Conferências do Cassino Lisboense.

Mas, vale ressaltar, mesmo na crítica da vida quotidiana burguesa a cargo da ficção de Eça, o herói é de caráter individualista, tanto quanto o vilão e até o anti-herói.

Compreende-se então por que os neo-realistas mantinham uma prudente distância do Realismo de Eça e quejandos. Percebiam, obviamente, que aquela literatura não poderia jamais desvelar “*os grandes problemas do progresso do gênero humano*” presentes nas cogitações de Lukács (1965, 34).

Quarto ponto assente entre os neo-realistas: apesar das restrições ideológicas trazidas à luz, o movimento não se furtou a recolher a contribuição estética e metodológica de um e de outro movimentos.

Se por um lado o Romantismo sonha utopicamente com o paraíso perdido, quer no passado – Idade Média ; quer nos paraísos artificiais – a evasão e a fuga ; e até na rebeldia ingênua – afronta aos padrões sociais e convenções, e se por outro o Realismo se preocupa antes de tudo com a descrição da realidade tal qual é, o Neo-Realismo não despreza os avanços estéticos por eles conseguidos. Assume uma postura responsável diante da herança cultural aproveitável.

O Neo-Realismo “pretende ser a síntese das duas escolas; de uma parte abraçar a realidade para a descrever tal qual é, de outra sonhar uma realidade diferente para que se volta” (TORRES, 1983, 65).

Mas ninguém se engane quanto à síntese pretendida. O que o Neo-Realismo aceita como contribuição válida daquelas escolas é o procedimento literário, a técnica de compor e a habilidade estrutural também capazes de servir a um outro fim, eticamente mais elevado.

Merece meditação a seguinte tirada de Raul Gomes:

O erro de certos críticos, quando apreciam o Neo-Realismo, reside essencialmente no fato de o suporem uma nova forma daquele Realismo do século passado, que se limitava a fazer a cópia fotográfica da realidade. Tal Realismo nada tem a ver com o Neo-Realismo; entre eles existe a diferença que vai de uma fotografia a um sistema de idéias [...]. O Realismo era um método, o Neo-Realismo é uma interpretação. O Realismo partia do pressuposto ingênuo de que a realidade era um dado imediato dos sentidos. O Neo-Realismo admite que a verdadeira realidade é uma interpretação racional imposta a esses mesmos dados. (GOMES, 1948, 74).

Como se vê, a concepção teórica do movimento nada tem de elementar. Chega mesmo a ser elaboradíssima, pois se não aceita um Realismo de visão estreita, o faz sem desprezar a descrição da realidade, mas introduzindo a novidade da interpretação desta. E quando o crítico alude à cópia fotográfica da realidade, faz referência a uma compreensão por demais primária do Realismo, aquela que só o concebe enquanto “mito da representação puramente mimética – erroneamente atribuída ao Realismo, diga-se de passagem” (GOMES, 1948, 74).

E há também que chamar a atenção para o sonho Neo-Realista. Este é completamente antagônico ao dos ro-

mânticos. Não está no passado, na fuga do real por qualquer artifício, nem numa rebeldia inconsequente a ser medida por cabeleiras, roupas e transgressões, muitas vezes chocantes, mas sempre assimiláveis pela burguesia possidente e hegemônica.

O sonho neo-realista é prospectivo. Projeta-se no futuro, contudo toma a realidade como a ponta mais imediata deste, para, ansiando, construí-lo. E apesar de também utópico, sua utopia futura tem início com a *práxis transformadora*, a ação que possibilita a realização do sonho.

Ora, retomemos a valorização do estético pelo Neo-Realismo português, através da palavra daquele que já foi dito ter sido “o mais consciente da necessidade da preservação dos valores estéticos” (REIS, 1983, 39) dentro do movimento, Mário Dionísio:

Os neo-realistas repelem vivamente a lenda do seu desinteresse pelos assuntos estéticos. Essa, como a da construção de romances sem psicologia, ou o estreito convencimento de que no mundo só há problemas econômicos, é uma idéia superficial que não resiste ao mínimo exame. Ninguém ignora a importância da técnica e um neo-realista é, como qualquer outro escritor, um homem que “necessita da literatura e da arte como seu único meio possível de exprimir-se”. (DIONÍSIO, 1945).

O poeta-crítico disse noutra oportunidade:

Os valores estéticos são valores. São elementos sem os quais não existe arte. Simplesmente, pensa-se agora que os valores estéticos não existem em si próprios, que há qualquer coisa de mais vivo e mais profundo para que o artista deve viver. Passar sem eles, no entanto, de modo algum. Os problemas técnicos da literatura e da arte preocupam grandemente os novos escritores, eles são, afinal, a sua ferramenta, tanto mais útil quanto mais afinada. (DIONÍSIO, 1945).

Só a desinformação, a má-fé, o preconceito individualista, a consciência de classe burguesa, poderiam, no passado, e mesmo hoje, pôr dúvidas quanto ao valor, à importância que o Neo-Realismo emprestava a questões tão prezadas por seus adeptos. Não obstante o que doutrinarão, praticaram.

Um *quinto ponto em que há acordo* entre os neo-realistas diz respeito ao tratamento dispensado à realidade.

Se os realistas dão somente o real ao leitor, em outras palavras, apresentam-no tão só por meio da mais exata descrição, os neo-realistas cuidam de interpretá-lo, considerando ser tal procedimento uma intervenção sobre ele, uma *práxis transformadora*.

Por isso se esmeram em pôr em relevo, procuram valorizar, consoante a lição do Realismo Socialista (Máximo Górkki tomado como paradigma), a vida, o trabalho, a luta, o heroísmo dos próprios agentes da transformação do real.

O trabalho humano construtivo, muito embora explorado, fonte de “mais-valia”; as relações de poder no contexto da mediação de classe; a “reificação”; a privação humana amplamente considerada; a denúncia da realidade social opressora como causa dos desajustes e desigualdades entre os homens; os conflitos individuais entrevistados como decorrência da vida social não equacionada, estes são alguns dos temas encontráveis nas obras escritas pelos neo-realistas. Destaque-se que o heroísmo do indivíduo, ou seja, a literatura calcada na ação individualista, na ação isolada do homem, cede vez ao heroísmo de um grupo, como nos romances *Gaibéus*, de Alves Redol; ou *Casa da Malta*, de Fernando Namora. Nestes se tem uma clara afirmação de valores maiores que os do Realismo de 70.

Gaibéus, por exemplo, permite a identificação de uma pirâmide social dada e interpretada pela ficção. A pirâmide é:

Dominada no topo pela “Senhora Companhia”, ela compreende degraus sociais extremamente nítidos, que vão de Agostinho Serra à base ocupada pelo grupo dos gaibéus, passando pelos capatazes rabezanos. Se este esquematismo é só por si capaz de suscitar ilações importantes no domínio da representação e da pragmática ideológica, ele permite desde já apreender um aspecto também relevante da economia diegética do romance. De fato, notar-se-á facilmente que esta descida do topo à base corresponde, de forma gradual, a uma passagem do individual ao coletivo; e este último acaba por se definir, de acordo com o observado pela crítica redoliana, como dominante fundamental na caracterização da que é indiscutivelmente a personagem nuclear: o grupo de ceifeiros que, desde início e sintomaticamente, ocupa uma das epígrafes que abrem a obra. A projeção do coletivo em Gaibéus decorre de um conjunto de procedimentos inaugurados pelo título do primeiro capítulo (“Rancho”) e prosseguido com a entrada dos gaibéus na cena da ação”. (REIS, 1983, 481-482).

Mostrar nas páginas do romance a vida real dos gaibéus, o destino de homens alugados, a sina de trabalhadores eventuais, a condição de explorados numa situação semi-feudal, pré-capitalista, colocando-os como personagem coletiva submetida à dominação de uma classe rural hegemônica, é dar o real e interpretá-lo concomitantemente, procedimento este impossível ao Realismo de 70.

Um outro aspecto em que os neo-realistas não discrepam, *sexto ponto*, é quanto à valorização “de todas as escolas” (TORRES, 1983, 66), não apenas do Romantismo e do Realismo, naquilo que têm de positiva contribuição, mas também de “toda a herança do passado” (TORRES, 1983, 66).

Com isso, demonstravam não ter preconceitos, passavam um público atestado de que a intolerância do zhdanovismo não tinha acolhimento em suas propostas. A orientação neo-realista é heterodoxa e tão ampla que incorporará:

mesmo as conquistas presentes da arte que lhe é oposta. Se a arte burguesa tem sido, nos últimos tempos, uma contínua revolução formal, nem por isso o Neo-Realismo deixa de utilizar estas novas formas. (TORRES, 1983, 66).

Desta abertura formal decorrerá, sem dúvida, um frutífero surto narrativo e poético. Se as malhas da estética não são de aço, por se tratar de arte, sustêm melhor a criação literária.

O que se pode dizer com segurança é que o Neo-Realismo, com disponibilidade para incorporar até as conquistas formais da “arte burguesa”, não demonstrou ser apenas vanguarda em relação à arte oficial soviética, que então abominava a arte moderna, acusando-a estreitamente de símbolo de uma sociedade decadente.

Ora, o Neo-Realismo se distingue, por isso mesmo, por sua ampla compreensão do fenômeno estético, do Realismo de 70, de limitações óbvias.

Dá ter o Neo-Realismo sido mais inovador formalmente, do mesmo modo que se constituiu numa superação da matéria narrada pelo Realismo de 70, destituído este do poder de penetração no real.

Espelham a fecundidade teórica do Neo-Realismo os caminhos próprios encontrados por ficcionistas como Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Carlos de Oliveira, Fernando Namora, Vergílio Ferreira ou Cardoso Pires, cada qual tomando uma direção, mas mantendo sempre o empenhamento marcante do movimento, inclusive Vergílio Ferreira, em sua fase existencialista.

A bem da verdade, Eça pontifica na ficção do Realismo oitocentista, contrastando assim com a explosão coletiva de autores em sintonia com o Neo-Realismo.

Mas, ao valorizar a contribuição específica “de todas as escolas”, o movimento não se esquece de reivindicar para si:

a não pequena glória de ser a primeira corrente na História da Literatura a desmontar o fenômeno da alienação definindo-o, investigando-lhe as causas e, com o autodinamismo que o caracteriza, insinuando caminhos e propondo aberturas para a sua superação. A verdade é que, relativamente à alienação, não bastava retratar o homem a ela submetido, um homem a maioria das vezes inconsciente de se encontrar alienado. (TORRES, 1977, 39).

E é justamente este o ponto fulcral a distinguir o Neo-Realismo, das atitudes estéticas anteriores, concorrendo para que todos os que se serviram em sua corrente vivificadora, se mantivessem fiéis ao compromisso de desalienar o homem através da literatura, cabendo desse ângulo compreender Vergílio Ferreira e Augusto Abelaira, esquecidas as incompreensões e atritos episódicos.

¹ REIS, Carlos. [Valendo-se de uma análise de Pinheiro Torres.]

Um último ponto pacífico para o Neo-Realismo, vem a ser que ele não compreende:

o homem desligado da vida social e encara-o, portanto, de um ângulo diferente de observação, mas deseja também o maior aprofundamento do indivíduo. Serve-se de todas as descobertas fecundas do interiorismo e apenas rejeita o que lhe parece tão só fruto de uma imaginação sem controle. (TORRES, 1983, 66)

Ora, já ficou bem nítido interessar-se o Neo-Realismo pelo homem em situação, pelo indivíduo vinculado à sociedade, pelo ser humano mediatizado em razão das contradições de classe. O Realismo burguês não tem o mesmo interesse. Limita-se a levar a efeito o estudo da situação do indivíduo na sociedade, para eles uma formação social parcelar: a família, a Igreja, a aristocracia monárquica, o estamento burocrático de um Estado republicano ou colonial, a oligarquia rural, os estratos comerciais, industriais ou financeiros incipientes, da fase de acumulação do capital pós-Revolução Francesa.

Esta a moldura na qual se insere a Literatura, por exemplo, de Eça, que nada tem a ver com a estética da privação neo-realista, que tanto exige a observação da vida humana na sociedade quanto tende a interpretar sua existência.

E para atingir seu propósito o Neo-Realismo não hesita em pôr em discussão a realidade interior do homem, a exemplo do que se lê em *Domingo à tarde*, de Fernando Namora, onde toda a reflexão sobre o real-objetivo provém do mergulho na interioridade de Jorge e Clarisse.

É óbvio que o Neo-Realismo não poderia jamais aceitar os exageros indesejáveis de “uma imaginação sem controle”, pois esta representa a ruptura do vínculo com a realidade.

Volta a ser oportuno lembrar a falta de objetividade, “a inútil abstração lógica” dos versos de Antero, antes referida, e a contestação dos exageros surrealistas levada a cabo pelos críticos do movimento.

Na verdade, até no seio dos *presencistas* e no realismo fantástico de Branquinho da Fonseca, um crítico severo como Alexandre Pinheiro Torres vai buscar razões para os vãos da imaginação e, é claro, da interioridade, transbordando de simpatia pela obra do autor de *O Barão* ao dizer:

Quantos mais anos passam sobre os seus livros, mais claro se torna que Branquinho da Fonseca é um grande nome para perdurar, porque o rigor da sua escrita, a maravilhosa exatidão com que nos ergue o seu universo apóia-se em dois solidíssimos pés: o que se finca no fantástico e no maravilhoso e o que muito claramente se firma no chão de um real que vai descarnando de uma bruma e de um indeciso que são os instrumentos de que o mistério se tece, e que ele próprio tece, para depois, como um prestidigitador saciado, nos revelar os dispositivos do tear que para essa tecelagem utilizou, até que, para além da bruma de véus com que mascara o mundo que nos apresenta,

não nos deixar como resíduo último senão um realismo tão intransigente que chega a ser uma “bandeira de pirata” dentro de um movimento literário que não desprezaria que o mistério fosse utilizado como fim último, ou tido apostolicamente como necessidade intrínseca de toda a expressão literária que, como tal, se prezasse. Eu penso que uma das teses que a sua ficção pressupõe é a de que o mistério afinal não existe, é um mecanismo balofo que se esboroa ao menor gesto da Razão. Neste aspecto, ele é dentro do Modernismo um dos homens que utilizando-o no plano meramente literário, o rejeita no plano racional, o que, segundo julgo, não é o caso, por exemplo, de José Régio que, ao afirmar que “há mais mundos”, reivindica o direito de transformar em matéria ficta o que está para além do mundo concreto, seguindo na esteira dos dois grande primeiros modernistas que foram Sá-Carneiro e Pessoa. (TORRES, 1977, 171).

Assim, Alexandre Pinheiro Torres dá mais uma demonstração da habilidade e da competência crítica heterodoxa do Neo-Realismo, coerente com as possibilidades da imaginação e do desfocamento estético, mas guardando sempre a necessária vinculação com o real.

3. CONCLUSÃO

Ao cabo do presente trabalho, tal como foi sugerido de início, e partindo-se da afirmação de Urbano Tavares Rodrigues dada às primeiras linhas, compete que se faça uma síntese.

Foi realizado um esforço no sentido de estabelecer as “analogias” e os “contrastes” que há entre o Realismo da Geração 70 e o movimento denominado Neo-Realismo em Portugal.

Revistos os postulados básicos de ambos os movimentos, após retomá-los em seus condicionamentos históricos, filosóficos, políticos, ideológicos e estéticos, procedida a necessária análise crítica e literária, mais no plano teórico que em outros, o balanço do confronto aponta mais para os “contrastes” do que para as “analogias”.

Enquanto o Realismo da Geração 70 tem por pedra angular o método da ciência experimental, a observação e a descrição da realidade sob rigor objetivo, o Neo-Realismo adota o método do materialismo dialético que tem por fim revelar o real em sua essência. Para tanto, admite a interpretação do real, bem como concebe a criação literária já como práxis transformadora. Portanto, da perspectiva da concepção básica, os dois movimentos são incompatíveis.

Se os examinarmos à luz da ideologia que subjaz a cada qual, temos que o Realismo oitocentista é burguês e sua compreensão, tanto dos fatos históricos quanto da condição do homem na sociedade, ou é ingênua ou insuficiente, sendo que ao Neo-Realismo sucede o inverso. Sua visão dos fatos históricos, da sociedade e da vida humana é crítica, dialética, o suficiente para travar a luta literária contra a alienação.

Se ambos são utópicos, vão em direções diametralmente inversas. O Realismo utópico burguês sonha idealisticamente no plano da grande Ideia hegeliana, como Antero, ou na realização do sonho num presente imediato. Vem ao caso recordar a proposta de matiz reformista e social-democrata de Eça de Queirós. Já a utopia do Neo-Realismo se projeta na transformação da sociedade desigual em uma sociedade igualitária; portanto, prospectiva, futura. E a literatura neo-realista é repleta de exemplos nessa perspectiva.

No que concerne ao herói de cada tendência, o do Realismo continua sendo o protótipo do cidadão moldado pelo individualismo e o Liberalismo filosóficos. Já o herói no romance neo-realista é coletivo, os nomes dos homens são comuns e, em certos casos seriam até dispensáveis.

Preso ao cânone da reprodução fotográfica da realidade, o Realismo oitocentista reproduz o que o artista vê. Já o Neo-Realismo aceita o desfocamento e o trabalho fecundante da imaginação sobre o real-objetivo, compreendendo, inclusive, o fantástico, o maravilhoso, o alegórico em sua função estética.

Até mesmo o tratamento dispensado à interioridade dos personagens é bem diferente entre as duas atitudes estéticas. O Realismo tudo reduzirá à idiosincrasia de cunho individualista. E esta, segundo sua teoria, se deve a um condicionamento biológico determinista. Por seu turno, o Neo-Realismo não é determinista. O homem é tomado como um ser de fato determinado pela natureza humana e pela sociedade em que vive, mas o seu processo de apropriação do real-objetivo implica no ganho efetivo da consciência que, dialeticamente, lhe possibilita agir para transformar o mundo e construir seu próprio destino e a História.

Fica, portanto, mais de “contrastes” que de “analogias” a conclusão a que se chega. A principal linha divisória põe a nu a superação do Realismo utópico, burguês e ingênuo, pelo Neo-Realismo, igualmente utópico, porém proletário e crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA DIAS, A. *A crise da consciência pequeno-burguesa*. Lisboa: Portugália, 1963.
- DIONÍSIO, Mário. Entrevista. In: *O primeiro de Janeiro*, Porto, 3 jan. 1945.
- _____. Entrevista. In: *O Globo*, 44, Lisboa, 15 abr. 1945.
- DOMINGUES, Jorge. “O real e o irreal na literatura”. In: *O Diabo*, 169, Lisboa, 1937.
- GOMES, Raul. “Maria – Escada de Serviço”, por A. Ribeiro”. In: *Seara Nova*, 1087, Lisboa, 1948.
- LOURENÇO, Eduardo. *Poesia e metafísica: Camões, Antero, Pessoa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MENDONÇA, Fernando. *A literatura portuguesa no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1973.
- QUEIRÓZ, Eça de. *Obras de Eça de Queirós*. v.III. Porto: Lello & Irmão, sd.
- QUENTAL, Antero de. *Poesias de Antero de Quental*. Lisboa: Comunicação, 1981.
- REIS, Carlos. *O discurso ideológico do Neo-Realismo português*. Coimbra: Almedina, 1983.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. *Um novo olhar sobre o Neo-Realismo*. Lisboa: Moraes, 1981.
- SALEMA, Álvaro. “O antiburguesismo e a cultura nova”. In: *Gládio*, 1, Lisboa, 31 jan. 1935.
- SANTOS, F. Piteira. *Seara Nova*, 978, Lisboa, 1946.
- SEQUEIRA, Raul. “Uma época duas literaturas”. In: *Síntese*, 6, Coimbra, 1940.
- TORRES, A. Pinheiro. *O Neo-Realismo literário português*. Lisboa: Moraes, 1977.
- _____. *O Movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*. Lisboa: Icalp-M. Educação, 1983.